



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2017, prêmios no montante de R\$ 20,549 bilhões (R\$ 19,045 bilhões no exercício de 2016).

No exercício de 2017, a Bradesco Saúde manteve uma carteira de, mais de 3,7 milhões de clientes. A grande participação dos seguros coletivos no total dessa carteira, (96% em dezembro de 2017, traduz o seu elevado nível de especialização e personalização no atendimento aos planos para empresas de todos os tamanhos.

Destaca-se o crescimento da carteira de Seguros Para Grupos (SPG), destinado a pequenas e médias empresas, que atingiu prêmio acumulado de R\$ 6,832 bilhões, evolução de 14,1% em relação a mesmo período de 2016.

Os indicadores financeiros de provisões técnicas e de solvência da Companhia se destacam dentre as empresas do setor, mantendo-se como referência em solidez e confiança para clientes e prestadores de serviços da rede referenciada.

Resultado do Exercício

A Bradesco Saúde apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 468,527 milhões (R\$ 553,108 milhões no exercício de 2016), reflexo do comportamento dos índices econômico-financeiro no resultado financeiro do período.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Saúde, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e provisões previstas no estatuto social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado", "Disponível para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", conforme normas contábeis em vigor. De acordo com o disposto nas normas, a Bradesco Saúde S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 131,500 milhões, passando o capital social, de R\$ 3,787 bilhões, para R\$ 3,918 bilhões, representado por 19.244.880 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Sinistralidade

O desempenho do setor de saúde suplementar permaneceu afetado pelas demandas regulatórias, que ampliaram o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde de cobertura assistencial. O desempenho também foi impactado pelo: (i) crescimento dos custos médicos e hospitalares em níveis superiores aos da inflação medida pelos índices gerais de preços, e (ii) *run-off* de sinistros decorrentes de beneficiários cancelados em apólices ativas da carteira do Seguro Saúde Empresarial, em razão do aumento do desemprego característico da conjuntura econômica, e do cancelamento de apólices empresariais deficitárias.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

A Bradesco Saúde, ao longo do exercício de 2017, manteve e promoveu diversas ações com efeitos positivos sobre a sua performance global, destacando-se:

- Programa "Meu Doutor Bradesco Saúde": em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), o programa conta com duas novas especialidades: Cardiologia, com enfoque em Doença Coronariana; e Ortopedia, com enfoque em Ombro, Joelho e Quadril, disponíveis para todos os planos da Bradesco Saúde;
- Controle de Sinistros: avanços na forma de negociação com a rede referenciada com objetivo de garantir mais previsibilidade ao pagamento dos serviços prestados, em função do aprimoramento da gestão dos itens que compõem as despesas;
- Pagamento de Pagamentos Diretos de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) a Fornecedores: visa oferecer aos seus beneficiários, materiais médicos de excelente qualidade, garantindo custos adequados e grande variedade de materiais com abrangência de distribuição em todo o país, por meio de relacionamento com os principais fabricantes internacionais de Materiais Especiais de Elevado Custo;
- Bradesco Saúde Efetivo: lançamento de novo padrão de plano, inicialmente com foco nas cidades de São Paulo e Salvador;
- Status de Senha: lançamento da funcionalidade "Status de Senha", que permite ao segurado consultar, por meio do *site* ou do APP Bradesco Saúde, a situação dos pedidos que necessitam de autorização;
- Solicitação de Reembolso pelo *Site*: segurados e empresas contratantes da Bradesco Saúde, já podem solicitar, por meio do *site*, o reembolso das despesas médico-hospitalares realizadas fora da Rede Referenciada, com todas as facilidades e conveniências digitais; e
- IDSS: a Bradesco Saúde atingiu mais uma vez a colocação na faixa superior do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), do programa de Qualificação das Operadoras 2017 (ano base 2016), desenvolvido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Principais Investimentos Realizados

Foram realizados vários investimentos na área de Tecnologia da Informação e de gestão operacional, entre os quais, destacam-se:

- Análise Automática das Solicitações de Procedimentos Médicos Via Sistema CBTI: implantação de ferramenta capaz de processar, analisar e aprovar automaticamente as solicitações de procedimentos médicos que requerem autorização prévia, trazendo mais segurança ao processo e reduzindo despesas operacionais e administrativas;
- Entrega Direta de Medicamentos Oncológicos Oraais: o projeto prevê, em parceria com uma empresa especializada, a compra e entrega de quimioterápicos orais, na residência do segurado, além da realização de contatos que visam estimular a aderência e inovação do tratamento;
- InovaBra: projetos de inovação que visam buscar em *startups* propostas de elevado potencial e aderência às tendências em saúde, como clube de assinatura de medicamentos de uso contínuo, plataforma digital para comercialização de planos de saúde e programa para mudança de hábitos/comportamentos relacionados à saúde;
- Migração dos Serviços para *Web*: Início do processo de migração dos serviços prestados aos clientes pelos canais convencionais para os meios digitais, com o objetivo de facilitar as interações da Bradesco Saúde com os usuários, proporcionando mais agilidade, comodidade e segurança, como solicitação de reembolso/prévia de reembolso pela *web*, *status* de senha por meio da *web* ou pelo aplicativo, dentre outros;
- Biometria Facial: identificação do beneficiário através da utilização de tecnologias (*software* e *hardware*) de biometria facial no momento do atendimento, além da validação do local por meio de geolocalização; e
- Investimentos em *Data Lake*, *Big Data* e nos sistemas *DW*, Emissão Expressa e MOVE.

Perspectivas e Planos da Administração para o ano de 2018

- Iniciativas de Inteligência Cognitiva: projetos que utilizam inteligência cognitiva (*machine learning*) e dão suporte à decisões em processos operacionais, com o objetivo de diminuir os riscos de interpretações equivocadas nos processos de autorização prévia (quimioterapia) e pagamento de sinistro ambulatorial;
- Projeto em Parceria com a Orizon: lançamento de projetos pioneiros que integram dados de autorização prévia, auditoria médica, dentre outros, com a finalidade de promover ganhos de produtividade e escala nas operações. Essas melhorias trazem mais segurança e inviolabilidade ao processo, o que é extremamente necessário, devido ao volume de transações praticadas;
- Solicitação de reembolso de despesas com consulta médica e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e psicoterapia, por meio do aplicativo Bradesco Saúde;
- Novas Funcionalidades nos Aplicativos: serviços com foco na obtenção de informações da saúde dos segurados, bem como seus hábitos e estilo de vida. Os dados permitirão, no futuro, atuar de forma preventiva e ágil, frente a possíveis pacientes crônicos identificados;

- Substituição do *Welcome Kit* Saúde físico pelo digital para apólices do SPG;
- Fortalecimento do programa "Meu Doutor", com ampliação de sua base geográfica e de especialidades;
- Consolidação de parcerias com hospitais e serviços de diagnósticos que apresentem melhor relação de custo-efetividade;
- Lançamento do novo produto Bradesco Saúde Efetivo para a comercialização;
- Desenvolvimento de aplicativo e construção de novo *site* para os clientes *conciierge*;
- Acompanhamento de interações;
- Gestão do Beneficiário; e
- Inclusão de novas funcionalidades no aplicativo e *site* da Bradesco Saúde, como agendamento Meu Doutor e Novamed, ampliação dos serviços do Desconto Farmácia, marcação de referenciados favoritos, simulador de coparticipação, dentre outros, que foram cadastrados no sistema oTimize!.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e líquido

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Saúde faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo Bradesco, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos, implementados, colaboram na administração da Bradesco Saúde: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e *Compliance* do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos, pelos Órgãos Reguladores, é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias, até a respectiva implementação para o atendimento regulatório. Ainda, em atendimento às determinações legais e baseada na política da Organização Bradesco, a Bradesco Saúde realiza, tempestivamente, testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais *frameworks* de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados às operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações, externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Saúde, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle, para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto, no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema, ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Saúde coíbe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também, vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim, a aderência às regulamentações vigentes. Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e a sociedade, para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Bradesco Saúde está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, executadas por simulações e testes programados e não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Saúde. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos, de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhorias práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Premiações

A Bradesco Saúde foi destaque no prêmio "Melhores Fornecedores para RH 2017", promovida pela revista Gestão e RH. A empresa figurou na lista das "10 Mais" na pesquisa "100 Fornecedores para RH 2017".

A Bradesco Saúde obteve avaliação na faixa mais alta no Índice de Desempenho de Saúde Suplementar, desenvolvido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com o case "Consultation through Telemedicine", conquistou o Prêmio Efnm Insurance 2017 na categoria "Bronze".

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos, a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores, e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2017	2016	PASSIVO	Notas	2017	2016
CIRCULANTE		3.687.237	5.359.567	CIRCULANTE		6.905.257	5.915.736
Disponível		998	2.588	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13a	5.987.709	4.974.398
Realizável		3.686.239	5.356.979	Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas PPCNG		1.134.490	1.068.587
Aplicações financeiras	4	694.898	2.679.614	Provisão para remissão		91.843	79.509
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.076	1.328.984	Provisão de sinistros a liquidar para SUS		44.692	14.650
Aplicações livres		992.822	1.350.630	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		2.512.023	1.969.078
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.847.940	1.704.072	Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		2.204.661	1.842.574
Prêmios a receber	6	1.814.851	1.683.085	Débitos das operações de assistência à saúde		184.848	203.071
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		33.089	20.987	Prêmios a restituir		100.040	126.726
Despesas de comercialização diferidas	7	360.286	458.469	Receita antecipada de prêmios		11.832	12.809
Créditos tributários e previdenciários	8	344.712	438.099	Comercialização sobre operações		37.581	37.416
Bens e títulos a receber		137.254	76.222	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		35.379	26.120
Despesas antecipadas		1.149	509	Provisões para IR e CSLL		34.570	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.703.116	10.222.594	Tributos e encargos sociais a recolher	14	99.611	85.457
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.693.390	9.372.447	DÉBITO NÃO CIRCULANTE	15	4.069.147	652.810
Aplicações financeiras	4	11.817.205	8.437.495	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13a	3.308.299	3.164.260
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		8.992.331	6.752.112	Provisão para remissão		1.225.391	1.044.110
Aplicações livres		2.824.874	1.685.383	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		108.597	93.023
Despesas de comercialização diferidas	7	105.750	133.289	Outras provisões		1.974.311	2.027.127
Créditos tributários e previdenciários	8	584.486	637.830	Provisões para ações judiciais	16	635.358	586.167
Depósitos judiciais e fiscais	9	185.949	163.833	Débitos diversos	15	125.488	75.432
INVESTIMENTOS		760.558	628.931	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	6.415.951	5.840.566
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	10	760.558	628.931	Capital social		3.918.500	3.787.000
IMOBILIZADO	11	6.267	7.398	Reservas de capital		(310.931)	(314.688)
Imobilizado de uso próprio		4.519	5.386	Reservas de lucros		3.169.582	2.812.466
Outras imobilizações - não hospitalares/odontológicos		1.748	2.012	Ajuste de avaliação patrimonial		(360.009)	(442.315)
INTANGÍVEL	12	242.901	213.818	Ações em tesouraria		(1.191)	(1.897)
TOTAL DO ATIVO		17.390.353	15.582.161	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.390.353	15.582.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.



DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Notas	2017	2016
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	21	20.408.045	18.273.105
Prêmios retidos		20.548.844	19.044.678
Variação das provisões técnicas		(140.799)	(771.573)
Sinistros retidos	(18.658.892)	(16.777.421)	
Sinistros ocorridos ou avisados		(18.296.805)	(16.543.368)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados		(362.087)	(234.053)
Resultados das operações com plano de assistência à saúde	1.749.153	1.495.684	
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	39	193	
Outras receitas operacionais	2.054	900	
Outras despesas operacionais	22a	(486.584)	(531.691)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(324.881)	(330.243)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(3.040)	(3.867)
Provisão para perdas sobre créditos		(52.548)	(55.820)
Outras despesas de operações de assistência à saúde não relacionadas		(106.115)	(141.761)
Resultado bruto	1.264.662	965.086	
Despesas de comercialização	22b	(987.579)	(1.039.373)
Despesas administrativas	22c	(920.324)	(845.632)
Resultado financeiro líquido	22d	1.142.928	1.626.976
Receitas financeiras		1.279.473	1.724.969
Despesas financeiras		(136.545)	(97.993)
Resultado patrimonial	10	272.468	170.620
Receitas patrimoniais		272.468	170.620
Resultado antes dos impostos e participações	772.155	877.677	
Imposto de renda	22e	(159.806)	(31.125)
Contribuição social	22e	(132.150)	(55.331)
Impostos diferidos	22e	1.431	(225.701)
Participações no resultado		(13.103)	(12.412)
Resultado líquido	468.527	553.108	
Quantidade de ações	19.244.880	18.840.931	
Resultado líquido por ação - R\$	24,35	29,36	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	468.527	553.108
Ajuste de avaliação patrimonial	137.176	315.867
Tributos sobre o ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(54.870)	(126.347)
Total do resultado abrangente do exercício	550.833	742.628
Aos acionistas controladores	550.833	742.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	20.915.979	19.505.534
(+) Resgate de aplicações financeiras	12.183.967	9.404.038
(+) Outros recebimentos operacionais	30.040	1.139.967
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(17.970.723)	(16.995.346)
(-) Pagamento de comissões	(864.481)	(997.579)
(-) Pagamento de pessoal	(285.686)	(241.432)
(-) Pagamento de pró-labore	(11.140)	(11.435)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(258.001)	(257.132)
(-) Pagamento de tributos	(316.206)	(666.898)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(88.746)	(98.471)
(-) Pagamento de aluguel	(35.009)	(11.275)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(25.082)	(36.015)
(-) Aplicações financeiras	(12.594.973)	(10.543.319)
(-) Outros pagamentos operacionais	(732.960)	(651.466)
Caixa líquido das atividades operacionais	(53.021)	(460.829)
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	161.592	85.062
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(557)	(197)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(97.196)	(109.179)
Caixa líquido das atividades de investimentos	63.839	(24.314)
Atividade de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	500.000
(-) Pagamento de participação nos resultados	(12.408)	(12.434)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(12.408)	487.566
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.590)	2.423
Caixa - Saldo inicial	2.588	165
Caixa - Saldo final	998	2.588
	(1.590)	2.423
Ativos livres no início do período	3.038.601	1.735.285
Ativos livres no final do período	3.818.694	3.038.601
Aumento nas aplicações financeiras – recursos livres	780.093	1.303.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Mudança de participação em controlada	Outras reservas	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01º de janeiro de 2015	3.187.000	(297.661)	(10.383)	252.168	2.138.554	(631.835)	(14.261)	-	4.623.582
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	189.520	-	-	189.520
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE 29/07/2016	200.000	-	-	-	-	-	-	-	200.000
AGE 30/09/2016	300.000	-	-	-	-	-	-	-	300.000
AGE 29/12/2016	100.000	-	-	-	-	-	-	-	100.000
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	(6.644)	-	-	-	-	-	(6.644)
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	12.364	-	12.364
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	553.108	553.108
Dividendos propostos (R\$ 6,97 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(131.364)	(131.364)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	27.655	394.089	-	-	(421.744)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.787.000	(297.661)	(17.027)	279.823	2.532.643	(442.315)	(1.897)	-	5.840.566
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	82.306	-	-	82.306
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AGE de 27/04/2017	131.500	-	-	-	(136)	-	-	-	131.364
Outorga/provisão de opções de venda de ações reconhecida em controlada	-	-	3.757	-	-	-	-	-	3.757
Ações em tesouraria reconhecida em controlada	-	-	-	-	-	-	706	-	706
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	468.527	468.527
Dividendos propostos (R\$ 5,78 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(111.275)	(111.275)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	23.426	333.826	-	-	(357.252)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.918.500	(297.661)	(13.270)	303.249	2.866.333	(360.009)	(1.191)	-	6.415.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional
A Companhia é parte do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a operar em todas as modalidades de seguros de ramo de assistência à saúde, e em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, tendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis, discriminadas abaixo, foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

a. Base de preparação
As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações subsequentes. De acordo com o item 4 do CPC 36 (R3), a preparação das demonstrações contábeis consolidadas desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador, Bradesco Seguros S.A., entidade domiciliada no Brasil, foram preparadas e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de fevereiro de 2018. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo, e para determinadas provisões técnicas cuja metodologia considera a utilização de fluxo de caixa descontado. A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras; 13 – Provisões técnicas e 16 – Provisões para ações judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante, aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado”, estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Reapresentação dos valores correspondentes
A Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo apresentada pelo método direto, conforme faculdade concedida pela RN 418/2016 da ANS. A demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, anteriormente elaborada e divulgada pelo método indireto, foi reapresentada para o método direto para fins de comparabilidade.

f. Aplicações e Instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação estão descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados, abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

(v) Determinação do valor justo
Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa Balcão (B3).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor, entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. Perdas de valor (redução ao valor recuperável), nos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente, no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas, por redução ao valor recuperável, reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações, são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde” e “Bens e Títulos a receber”, que são contabilizados pelo custo amortizado, decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ix) Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber, que permaneceram este período de tempo em atraso.

g. Créditos de operações com planos de assistência à saúde
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço.

h. Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação, com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas, equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Intangíveis
Os ativos adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano. Despesas de desenvolvimento de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente, incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, em caso de impairment, caso haja indicativo de perda. Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas, à medida que são incorridas.

j. Despesas diferidas
Compõem as despesas diferidas os montantes referentes a agenciamentos relativos à comercialização de planos de saúde, sendo a apropriação ao resultado, realizada no período de vinte e quatro meses.

k. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia são revisados, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

l. Provisões técnicas
A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados, atualizados monetariamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), cuja metodologia de cálculo leva em consideração, além da taxa de desconto de 4,5% ao ano (5,1% em 2016), a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do grupo



por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de resisão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos seguros das participações do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”, considerando uma taxa de desconto de 4,5% ao ano (5,1% em 2016).

As “Outras Provisões Técnicas” são constituídas para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 4,5% ao ano (5,1% em 2016).

A Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado.

As provisões de PEONA, PMBaC, PMBC e Outras Provisões Técnicas, relacionadas acima, são calculadas segundo metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais, aprovadas junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não há mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes, classificados como remotos, não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

n. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. A DTVM, é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240, para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015, a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço, e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para perdas de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por suas diferenças fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p. Resultado

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios emitidos (resultado) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As despesas com anarquizações, classificadas no grupo patrimonial “Despesas diferidas”, são diferidas e apropriadas ao resultado, de forma linear, pelo prazo de 24 meses.

As comissões sobre prêmios emitidos são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das parcelas das apólices.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São elas:

CPC 47– Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, em relação a algumas das entidades que, em 2017, determinaram critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 29/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021.

A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante do caso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 47 (IFRS 15), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade, otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, entre outros, bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos, na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco, para tratar individualmente os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais, e no estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contraprestações. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade dos sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência de Atuária e Estatística. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas por intermédio de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o cálculo de capital regulatório e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando pelo balanceamento da carteira, e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são avaliados à medida que ocorridos. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência da prestação. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte destes sinistros está relacionada à Devisão de Sinistros/Eventos Ocorridos mas Não Avisados (PEONA). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com a carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas as seguintes ferramentas de monitoramento: (i) análises de persistência e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados ao Seguro Saúde

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade de um risco isolado;
- Sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas;
- Para o seguro saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futura (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco do comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência de Atuária e Estatística;
- A Superintendência de Atuária e Estatística desenvolveu mecanismos, tais como, boletins estatísticos de sinistralidade e desempenho por ramo, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que o Grupo Bradesco Seguros opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam crescer;
- O risco de um elevado nível de despesas com sinistros é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das empresas e o monitoramento frequente dos níveis de despesas; e
- O risco de taxa de juros é gerenciado como parte do risco de mercado.

Resultados da análise de sensibilidade

Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia em função de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos significativos relacionados à variação das taxas de câmbio de moedas estrangeiras.

Para o Seguro Saúde, caso houvesse aumento na inestabilidade em 1 (um) ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo, o impacto no resultado e patrimônio líquido, após impostos, seria de R\$(97.923) no ano de 2017 e de R\$(89.907) no ano de 2016.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio, por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios:

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio Emitido Líquido – 2017		
	Individual	Empresarial	Total
Centro-Oeste	50.467	981.588	1.032.055
Nordeste	365.026	2.358.775	2.723.801
Norte	20.374	468.213	488.587
Sudeste	1.276.672	14.210.394	15.487.066
Sul	74.942	742.394	817.336
Total	1.787.481	18.761.364	20.548.845

Região Geográfica	Distribuição do Prêmio Emitido Líquido – 2016		
	Individual	Empresarial	Total
Centro-Oeste	46.656	808.072	854.728
Nordeste	335.060	2.166.766	2.501.826
Norte	19.397	419.806	439.203
Sudeste	1.175.324	13.291.524	14.466.848
Sul	71.369	710.704	782.073
Total	1.647.806	17.396.872	19.044.678

Os contratos corporativos representam 91,30% da produção da Companhia. Os riscos relacionados a esses contratos são minimizados por constantes revisões do equilíbrio atuarial, que é aplicado na renovação dos mesmos ou até durante a vigência, quando aportes são necessários. Embora aproximadamente 8,70% da produção, seja representada por contratos individuais, o risco relacionado à ocorrência de sinistros vis-à-vis a precificação, que nesses produtos é balizada pela ANS, está suportado por constituição de provisão técnica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo, visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal, como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA			AA			A			Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	Valor justo por meio do resultado	960.151	8.511	8.526	-	-	-	-	-		
Título de renda fixa privado	170.531	-	8.511	8.526	-	-	-	-	-	189.568	
Título de renda fixa público	789.620	-	-	-	-	-	-	-	-	789.620	
Disponível para venda	6.668.064	-	-	-	-	-	-	-	66	6.668.130	
Título de renda fixa público	6.668.064	-	-	-	-	-	-	-	-	6.668.064	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	66	66	
Mantidos até o vencimento	5.166.785	-	-	-	-	-	-	-	5.166.785	5.166.785	
Título de renda fixa público	5.164.709	-	-	-	-	-	-	-	-	5.164.709	
Título de renda fixa privado	2.076	-	-	-	-	-	-	-	-	2.076	

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios de seguros saúde é reduzida (e considerada como baixa), devido à possibilidade de suspensão da cobertura assistencial, inclusive na forma de reembolso de sinistros, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados em até 5 dias da data de vencimento, bem como a possibilidade de cancelamento, se excedido o prazo de 60 dias, consecutivos ou não, segundo a regulamentação da ANS.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos a alta exigência de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (I)	Fluxo de Passivos (II)
À vista ou sem vencimento definido	337.500	677.977
Fluxo de 0 a 3 meses	2.123.979	5.822.756
Fluxo de 3 a 6 meses	42.773	157.065
Fluxo de 6 a 9 meses	308.128	46.977
Fluxo de 9 a 12 meses	57.591	50.163
Fluxo de 12 a 60 meses	7.055.312	640.443
Fluxo acima de 60 meses	47.484.827	40.027.966
Total	57.410.110	47.423.347

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de subscrição à saúde, e bens e títulos a receber. As aplicações financeiras com fluxo acima de 60 meses são constituídas 100%, por Títulos Públicos Federais, que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com as necessidades do fluxo de caixa da Companhia.

(ii) Os passivos financeiros consideram os fluxos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, e os débitos diversos. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa pelo Grupo Bradesco, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento



Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado, anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e o Comitê de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes de suas próprias linhas de negócios.

Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR (Value at Risk) Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99%, e volatilidades, e correlações, calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

	Cenário
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Fator de Risco	
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos	75.638
Taxa pré-fixada de 1 ano	6,88%
Cupom de IPCA de 1 ano	2,80%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

Período	Fatores de riscos	
	Taxa de juros em Reais	Índices de preços
Dezembro 2017	(475)	(3.754)
	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços
Definição		
	Total sem correlação	Total com correlação
	(4.229)	(4.198)

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Risco Estratégico e o Risco de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado, trimestralmente, pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;

- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas, e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia, os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

- O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o risco de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.
- O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto que as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidade não são lineares, bem como, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado.

À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2017	%	2016	%
Valor justo por meio do resultado	977.188	7,63	1.966.518	17,69
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	977.188	7,63	1.880.006	16,91
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	-	-	86.512	0,78
Disponível para venda	6.668.130	52,04	3.859.443	34,72
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	5.495.738	42,89	2.974.995	26,76
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	1.156.758	9,03	869.561	7,83
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro judicial	15.568	0,12	14.856	0,13
Títulos de renda variável - ações	66	-	31	-
Mantidos até o vencimento	5.166.785	42,33	5.291.148	47,59
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	2.862.333	22,34	3.050.186	27,44
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	2.304.452	17,99	2.240.962	20,16
Total	12.812.103	100,00	11.117.109	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados, com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	174.525	3.684	1.508	797.471	977.188	974.963	2.225
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.328	578.897	578.897	577.761	464
Letras do tesouro nacional	-	-	-	197.346	197.346	195.849	1.497
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 20)	169.431	-	-	-	169.431	169.431	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	14.049	14.049	13.800	249
Letras financeiras - emissores privados	5.094	3.684	-	3.173	11.939	11.939	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	4.668	4.668	4.669	(1)
Debêntures	-	-	180	1.338	1.518	1.514	4
Disponíveis para venda	66	-	15.580	6.652.496	6.668.130	6.589.759	78.371
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.495.738	5.495.738	5.437.013	58.725
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.156.758	1.156.758	1.137.168	19.590
Letras financeiras do tesouro - judicial	-	-	15.568	-	15.568	15.569	(1)
Ações	66	-	-	-	66	9	57
Mantidos até o vencimento	2.076	-	-	5.164.709	5.166.785	5.166.785	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.164.709	5.164.709	5.164.709	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (*) (nota 20)	2.076	-	-	-	2.076	2.076	-
Total	176.667	3.684	17.076	12.614.676	12.812.103	12.731.507	80.596

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	128.303	19	70	1.838.126	1.966.518	1.967.405	(887)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	1.751.572	1.751.572	1.754.038	(2.466)
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 20)	128.303	-	-	-	128.303	128.303	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	86.512	86.512	84.932	1.580
Letras financeiras - emissores privados	-	19	55	35	109	109	-
Debêntures	-	-	15	7	22	23	(1)
Disponíveis para venda	349.853	-	94.367	3.415.223	3.859.443	3.921.598	(62.155)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.974.995	2.974.995	3.049.344	(74.349)
Letras do tesouro nacional	349.822	-	94.367	425.372	869.561	857.386	12.175
Letras financeiras do tesouro - judicial	-	-	-	14.856	14.856	14.859	(3)
Ações	31	-	-	-	31	9	22
Mantidos até o vencimento	268.876	-	-	5.022.272	5.291.148	5.291.148	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.022.272	5.022.272	5.022.272	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (*) (nota 20)	268.876	-	-	-	268.876	268.876	-
Total	747.032	19	94.437	10.275.621	11.117.109	11.180.151	(63.042)

(*) Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente dos recebimentos de cupons efetuados no exercício.

Em função da capacidade financeira da Companhia, a Administração decidiu, no exercício de 2013, pela reclassificação do montante de R\$3.984.406, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A menos valia, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O montante remanescente a amortizar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$678.385 mil.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2017	2016
Total das provisões técnicas	9.296.008	8.138.658
Provisão de prêmios e contribuições não ganhas - PPCNG (*)	(1.134.490)	(1.068.587)
Total a ser coberto (A)	8.161.518	7.070.071
Quotas de Fundo de Investimento	2.862.333	3.579.590
Títulos públicos	6.132.074	4.414.994
Títulos privados	-	86.512
Total dado em cobertura (B)	8.994.407	8.081.096
Suficiência (B) - (A)	832.889	1.011.025

(*) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 392/2015 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para a cobertura do montante contabilizado a título de PPCNG.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	789.620	187.568	977.188	1.751.572	214.946	1.966.518
Letras financeiras do tesouro	578.225	-	578.225	1.751.572	-	1.751.572
Letras do tesouro nacional	197.346	-	197.346	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	-	169.431	169.431	-	128.303	128.303
Notas do tesouro nacional	14.049	-	14.049	-	-	-
Letras financeiras - emissores privados	-	11.951	11.951	-	109	109
Certificados de recebíveis imobiliários	-	4.668	4.668	-	86.512	86.512
Debêntures	-	1.518	1.518	-	22	22
Disponível para venda	6.668.130	-	6.668.130	3.859.443	-	3.859.443
Notas do tesouro nacional	5.495.738	-	5.495.738	2.974.995	-	2.974.995
Letras do tesouro nacional	1.156.758	-	1.156.758	869.561	-	869.561
Letras financeiras do tesouro - judicial	15.568	-	15.568	14.856	-	14.856
Ações	66	-	66	31	-	31
Mantidos até o vencimento (*)	5.852.179	2.076	5.854.255	5.168.905	268.876	5.437.781
Notas do tesouro nacional	5.852.179	-	5.852.179	5.168.905	-	5.168.905
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	-	2.076	2.076	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada	-	-	-	268.876	-	268.876
Total	13.309.929	189.644	13.499.573	10.779.920	483.822	11.263.742

(*) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

e. Movimento das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento (*)	Total
Saldo Inicial em 01/01/2017	1.966.518	3.859.443	5.291.148	11.117.109
(+) Aplicações	8.865.929	3.729.044	-	12.594.973
(-) Resgates	(10.039.180)	(1.560.094)	(584.693)	(12.183.967)
(+) Rendimentos	183.921	499.211	460.330	1.143.462
(+/-) Ajuste a valor justo	-	140.526	-	140.526
Saldo Final em 31/12/2017	977.188	6.668.130	5.166.785	12.812.103
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento (*)	Total
Saldo Inicial em 01/01/2016	1.698.226	1.873.308	4.785.286	8.356.820
(+) Aplicações	8.715.385	1.827.934	-	10.543.319
(-) Resgates	(8.681.120)	(562.552)	(160.366)	(9.404.038)
(+) Rendimentos	234.027	377.751	666.228	1.278.006
(+/-) Ajuste a valor justo	-	343.002	-	343.002
Saldo Final em 31/12/2016	1.966.518	3.859.443	5.291.148	11.117.109

(*) As movimentações realizadas na categoria mantidos até o vencimento correspondem ao vencimento e ao fluxo de recebimento de cupons dos títulos.

f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 111,70% no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 5,51%, 9,68% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

	2017	%	2016	%
Valor justo por meio do resultado	977.188	7		

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos de crédito	114.539	51.185	(37.707)	128.017
Provisão para contingências fiscais	426.932	26.763	(413.348)	40.347
Provisão para contingências cíveis	207.476	108.613	(116.310)	199.779
Provisão para contingências trabalhistas	664	1.568	(296)	1.936
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	2.973	-	-	2.973
Outros	39.771	5.341	(7.945)	37.167
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	792.355	193.470	(575.606)	410.219
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	391.807	72.452	(210.280)	253.979
Total dos créditos tributários	1.184.162	265.922	(785.886)	664.198

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Atualização de depósito judicial	27.327	2.181	(1.241)	28.267
Total dos créditos tributários	27.327	2.181	(1.241)	28.267

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Atualização de depósito judicial	195.243	4.342	(172.258)	27.327
Total dos créditos tributários	195.243	4.342	(172.258)	27.327

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2018	102.611	62.553	165.164
2019	49.049	30.523	79.572
2020	29.084	18.034	47.118
2021	25.500	16.791	42.291
2022 em diante	49.226	29.811	79.037
Total	255.470	157.712	413.182

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2017, monta a R\$393.506.

9 Depósitos judiciais e fiscais

	2017	2016
Cíveis e trabalhistas	99.465	87.758
INSS (nota 16-i)	80.377	71.276
Sinistros	5.958	4.656
Outros	149	143
Total	185.949	163.833

10 Participações societárias

	Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.	OdontoPrev S.A. (a)	Controladora
Dados em 31 de dezembro de 2017			
Capital Social	315.867	506.557	
Quantidade de ações possuídas:			
ON	19.244.880	265.648.397	
Percentual de participação	100,00	50,01	
Total de ativos	643.150	1.308.650	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	296.915	442.748	
Provisões judiciais	14.427	8.578	
Patrimônio líquido	331.808	857.324	
Total das receitas	1.721.957	1.763.560	
Lucro líquido do exercício	48.838	447.171	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	286.295	309.874	596.169
Outorga de ações/provisão de opções de venda reconhecida em controlada	-	(6.644)	(6.644)
Ações em tesouraria reflexa	-	12.364	12.364
Dividendos e juros sobre capital próprio	(50.000)	(93.578)	(143.578)
Resultado de equivalência patrimonial	58.274	112.346	170.620
Saldo em 31 de dezembro de 2016	294.569	334.362	628.931
Outorga de ações/provisão de opções de venda reconhecida em controlada	-	3.757	3.757
Ações em tesouraria reflexa	-	706	706
Dividendos e juros sobre capital próprio	(11.599)	(133.705)	(145.304)
Resultado de equivalência patrimonial	48.838	223.630	272.468
Saldo em 31 de dezembro de 2017	331.808	428.750	760.558

(a) Equivalência Patrimonial com base no Balanço Patrimonial em 30 de novembro de 2017.

11 Imobilizado

	Saldo em 2016	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2017
Equipamentos	5.386	210	(1.077)	4.519
Outras imobilizações	2.012	347	(611)	1.748
Total	7.398	557	(1.688)	6.267

	Saldo em 2015	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2016
Equipamentos	6.213	197	(1.024)	5.386
Outras imobilizações	2.932	-	(920)	2.012
Total	9.145	197	(1.944)	7.398

12 Intangível

	Saldo em 2016	Aquisição	Amortização	Saldo em 2017
Sistema de computação (desenvolvido internamente)	208.286	97.196	(68.113)	237.369
Outros intangíveis	5.532	-	-	5.532
Total	213.818	97.196	(68.113)	242.901

	Saldo em 2015	Aquisição	Amortização	Saldo em 2016
Sistema de computação (desenvolvido internamente)	153.211	109.179	(54.104)	208.286
Outros intangíveis	5.532	-	-	5.532
Total	158.743	109.179	(54.104)	213.818

13 Provisões técnicas

a. Composição

	2017	2016
Provisão de sinistros/liquidat	2.665.312	2.076.751
Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	2.204.661	1.842.574
Provisão de prêmios ou contribuições não ganhas (PPCNG)	1.134.490	1.068.587
Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC)	1.051.507	912.764
Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC)	265.727	210.855
Outras provisões técnicas	1.974.311	2.027.127
Total	9.296.008	8.138.658

b. Movimentação das provisões técnicas

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	8.138.658	6.668.725
Sinistros avisados líquidos de glosa (*)	18.557.766	17.388.271
Sinistros pagos	(17.970.723)	(16.995.346)
Constituição de provisões (PPCNG, PMBaC, PMBC, PEONA e outras)	568.790	1.080.728
Reversão de provisões judiciais (INSS autônomo)	-	(5.020)
Atualização monetária	1.517	1.300
Saldo em 31 de dezembro	9.296.008	8.138.658

(*) O valor de sinistros avisados inclui a participação dos beneficiários em provisões indenizadas, no montante de R\$273.787 (R\$859.982 em dezembro de 2016).

14 Tributos e encargos sociais a recolher

	2017	2016
Retenção sobre operações financeiras	35.796	34.396
Retenções de impostos e contribuições	34.586	34.119
COFINS e PIS	14.455	14.904
Impostos e contribuições a recolher anistia MP 783/2017 (nota 16-i)	12.018	-
Outros impostos e contribuições a recolher	2.756	2.038
Total	99.611	85.457

15 Débitos diversos

	2017	2016
Circulante	2017	2016
Depósitos de terceiros (15-i)	167.652	163.765
Prêmios e emolumentos	141.092	150.192
Cobrança antecipada de prêmios	20.691	8.482
Outros depósitos	5.869	5.091
Valores a pagar a partes relacionadas (nota 20)	167.283	178.466
Obrigações com pessoal	28.715	20.502
Fornecedores	17.532	25.443
Outros débitos	253.816	264.634
Total	634.998	652.810
Não circulante		
Contas a pagar - SUS	86.815	74.004
Outros débitos	2.202	1.428
Total	89.017	75.432

(i) Aging de depósitos de terceiros

	2017				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	137.998	2.696	249	149	141.092
Cobrança antecipada de prêmios	18.775	1.907	9	-	20.691
Outros depósitos	5.256	-	-	613	5.869
Total	162.029	4.603	258	762	167.652

	2016				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	145.117	4.927	148	-	150.192
Cobrança antecipada de prêmios	7.790	689	3	-	8.482
Outros depósitos	4.477	-	-	614	5.091
Total	157.384	5.616	151	614	163.765

16 Provisões para ações judiciais

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(i) Obrigações legais – Fiscais, previdenciárias e outras

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. A principal questão é:

INSS – discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

A Companhia deposita e provisiona os valores mensalmente. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2017 monta em R\$76.553 (R\$67.786 em 31 de dezembro de 2016) e o valor dos depósitos, em 31 de dezembro de 2017, totaliza R\$76.272 (R\$67.436 em 31 de dezembro de 2016).

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela MP nº 783/17, que prevê a liquidação por pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), de dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, resultando no efeito líquido negativo de R\$17.843 no resultado. Em 24 de outubro de 2017, a MP nº 783/17 foi convertida na Lei nº 13.496/17 com alterações, porém, sem impactos relevantes para a Companhia.

Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde (TSS) – A Companhia pleiteia, através de ação judicial

distribuída em 26/07/2017, a desconstituição da obrigatoriedade da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde – TSS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Já foi proferida decisão concedendo a tutela de urgência (liminar) para determinar a suspensão da exigibilidade da TSS. Em 31 de dezembro de 2017 o processo encontra-se em fase inicial e aguarda julgamento, encontra-se provisionado o montante de R\$25.979 mil.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Não ações em que ex-empregado tenha sido julgado em favor do empregador, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses (para ex-funcionários) e últimos 60 meses (para terceiros).

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia não têm valores relevantes.

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) atuação junto à Fazenda Nacional relativa à multa regulamentar por atraso na entrega de arquivo magnético, cujo valor envolvido monta a R\$62.795, em 31 de dezembro de 2017, objeto de Execução Fiscal já garantida por seguro garantia e de Mandado de Segurança visando a sua desconstituição; e b) auto de infração lavrado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para cobrança de multa sobre Serviço de Qualquer Natureza no período de janeiro de 2012 a novembro de 2016, no montante de R\$138.937, na data do balanço de 2017, para a qual foi apresentada impugnação e encontra-se pendente de julgamento.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Não existem em curso, passivos contingentes relevantes, para os quais as chances de perdas sejam prováveis, que não tenham sido razoavelmente estimados.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões (*)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	99.276	4.773	482.118	-	586.167
Constituição líquida de reversões e baixa	3.895	405	124.900	25.979	155.179
Pagamentos	-	(623)	(112.756)	-	(113.379)
Atualização monetária	7.391	-	-	-	7.391
Saldo em 31 de dezembro de 2017	110.562	4.555	494.262	25.979	635.358

	Fiscais (**)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.115.638	1.593	496.731	1.613.962
Constituição líquida de reversões e baixa	(1.025.725)	4.302	90.458	(930.965)
Pagamentos	-	(1.122)	(105.071)	(106.193)
Atualização monetária	9.363	-	-	9.363
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.276	4.773	482.118	586.167

(*) Taxa de saúde suplementar (Nota 16-i).

(**) Durante o exercício de 2016, houve evolução favorável do processo nº 2000.51.01.006622-4, que discutia a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a médicos/dentistas, sendo encerrado de forma favorável à Bradesco Saúde. Por consequência, houve o levantamento do depósito judicial no montante de R\$1.081.528 e a respectiva provisão foi revertida.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 19.244.880 (18.840.931 em 2016) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2016	2017
Lucro líquido do exercício	468.527	553.108
Constituição da reserva legal	(23.426)	(27.655)
Base de cálculo dos dividendos	445.101	525.453
Dividendos propostos no exercício	111.275	131.364
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio	111.275	131.



- (a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (b) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
- (c) Refere-se à prestação de serviços de processamento de informações relacionados a sinistros, benefícios de farmácia e assistência de viagens.
- (d) Refere-se a operações comprovadas de títulos públicos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, cujo termo determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

Em 2017, foi determinado o valor máximo de R\$9.200 (R\$11.300 em 2016) líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$7.500 (R\$6.400 em 2016) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios a Administradores	2017	2016
Proventos	8.501	11.300
Planos de previdência complementar de contribuição definida	7.500	5.872
Encargos sociais	1.913	2.542
Total	17.914	19.714

A Companhia não possui Benefícios de plano de saúde ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21 Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Saúde coletivo	18.730.712	89,59	5,25
Saúde individual	1.677.333	111,99	0,29
Total	20.408.045		

Ramos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Saúde coletivo	17.380.891	86,84	5,98
Saúde individual	892.214	188,67	0,07
Total	18.273.105		

22 Detalhamento das contas de resultado

a. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Despesas com seguros	(333.505)	(372.673)
Despesas de prestação de serviços - partes relacionadas (nota 20)	(100.531)	(103.198)
Constituição de provisão para perdas sobre créditos	(52.548)	(55.820)
Total	(486.584)	(531.691)

b. Despesas de comercialização

	2017	2016
Despesas de agenciamento	(578.419)	(636.259)
Comissões sobre prêmios emitidos	(391.053)	(396.076)
Despesas com encargos sociais	(4.294)	(4.660)
Outras despesas de comercialização	(13.813)	(2.378)
Total	(987.579)	(1.039.373)

c. Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(304.468)	(257.643)
Honorários de Administração	(11.288)	(11.300)
Ordenados	(144.881)	(131.190)
INSS/FGTS	(52.672)	(48.473)
Planos de previdência privada (nota 19a)	(13.535)	(8.564)
Alimentação ao trabalhador	(18.511)	(16.427)
Despesas com transporte de empregados	(4.252)	(4.047)
Outras	(59.329)	(37.642)
Despesas com localização e funcionamento	(210.904)	(202.484)
Despesas com serviços de terceiros	(201.891)	(213.529)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(25.044)	(25.552)
Despesas com donativos e contribuições	(11.025)	(11.188)
Despesas administrativas diversas	(11.436)	(10.591)
Subtotal	(764.768)	(730.987)
Despesas com tributos		
Despesas com COFINS	(97.691)	(76.988)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(36.564)	(19.058)
Despesas com PIS	(15.855)	(12.510)
Impostos federais/estaduais/municipais	(5.446)	(6.089)
Subtotal	(155.556)	(114.645)
Total	(920.324)	(845.632)

d. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	1.221.448	1.301.325
Receitas com títulos de renda variável	7.949	10.901
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	7.304	389.658
Outras receitas financeiras	42.772	23.085
Subtotal	1.279.473	1.724.969
Despesas financeiras		
Despesa com títulos de renda fixa	(77.986)	(23.319)
Tributação sobre operações financeiras	(42.585)	(57.678)
Atualização monetária de contingências passivas	(7.391)	(9.363)
Outras despesas financeiras	(8.583)	(7.633)
Subtotal	(136.545)	(97.993)
Total	1.142.928	1.626.976

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no período sobre adições temporárias	1.431	(225.701)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(291.956)	(86.456)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(290.525)	(312.157)

23 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes de impostos	772.155	877.677
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%	(347.470)	(394.955)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas	114.571	66.295
Participações no lucro	5.896	5.585
Doações e patrocínios	(3.415)	(6.709)
Contribuição de entidade de classe	(3.171)	(1.883)
Outros valores	(45.173)	19.625
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	(11.763)	(115)
Imposto de renda e contribuição social	(290.525)	(312.157)
Alíquota efetiva	37,63%	35,57%

24 Informações complementares

Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	468.527	553.108

Ajustes que não exercitaram entrada ou saída de caixa

(+/-) Depreciações e amortizações	69.801	56.048
(+/-) Resultado (positivo) de equivalência patrimonial	(272.468)	(170.620)
(-/-) Outros (PLR)	12.408	12.434
(+/-) Variação das aplicações	(1.694.994)	(2.760.289)
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(913.311)	(1.459.399)
(+/-) Aplicações livres	(781.683)	(1.300.893)
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(143.868)	(128.290)
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	(131.766)	(143.454)
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	(12.102)	15.164
(+/-) Variação das despesas diferidas	125.716	41.420
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	146.731	35.465
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	(77.320)	711
(+/-) Variação de despesas antecipadas	(640)	68
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	(22.116)	1.014.646
(+/-) Variação das provisões técnicas e operações de assistência à saúde	1.157.350	1.469.933
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(18.231)	150.392
(+/-) Variação de provisões para IR e CSLL	34.570	-
(+/-) Variação de provisões para ações judiciais	49.191	(1.027.795)
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	14.154	4.791
(+/-) Variação de débitos diversos	15.862	97.629
(+/-) Variação de ajustes de TVM (PL)	82.306	189.520
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(53.021)	(460.829)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Trabuço Cappi	Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Vice-Presidente
Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Membro
Manoel Antonio Peres	Membro
Ivan Luiz Gontijo Junior	Membro
Samuel Monteiro dos Santos Junior	Membro
Octavio de Lazari Junior	Membro

DIRETORIA

Manoel Antonio Peres	Diretor-Geral	Ana Lúcia Fernandez André Riboli
Ivan Luiz Gontijo Junior	Diretor-Gerente	Atuária - MIBA nº 754
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente	
Marco Antonio Messere Gonçalves	Diretor-Gerente	
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Flávio Bitter	Diretor	Contador - CRC RS 034447/O-7-T-RJ
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora	
Juliano Ribeiro Marçilio	Diretor	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Saúde S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Saúde S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos e as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Bradesco Saúde S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Saúde S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, e, com base: (i) no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 26 de fevereiro de 2018; (ii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iii) no Relatório do Comitê de Auditoria da Bradesco Saúde; (iv) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (v) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores de áreas da Bradesco Saúde e do Grupo Segurador, concluiu que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Bradesco Saúde durante o exercício de 2017. Com base nos exames efetuados, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

Sergio Moreno

Gilberto de Oliveira Lameira

Sebastião de Paula Nogueira

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos Membros do Conselho de Administração da Bradesco Saúde S.A.
Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradesco Saúde S.A. ("Companhia"), funciona em conformidade com o estatuto social Companhia e com o seu regimento interno de Conselho de Administração da Companhia. Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela regularidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que inclui: (i) reuniões com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações contábeis.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que assegurem a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua mediante reuniões nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, controles internos e *compliance*, gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.

O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações contábeis e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com os membros da Diretoria Executiva, e outros membros da diretoria do Grupo Segurador e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e gestão de riscos. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionados, e considerando o contexto e o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018

Samuel Monteiro dos Santos Junior - Coordenador

Paulo Pereira Ferreira

Leonardo de Assis Portugal